



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE SÃO CRISTÓVÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOÃO EDUARDO FREIRE COELHO

**CANTAI TODOS IRMÃOS AO PÉ DA CRUZ ESTE HINO AO SENHOR DO
BONFIM: OS PRIMEIROS ANOS DE FORMAÇÃO DA IRMANDADE DO
SENHOR BOM JESUS DO BONFIM DE LARANJEIRAS/SE (1837-1893)**

SÃO CRISTÓVÃO

2023

JOÃO EDUARDO FREIRE COELHO

**CANTAI TODOS IRMÃOS AO PÉ DA CRUZ ESTE HINO AO SENHOR DO
BONFIM: OS PRIMEIROS ANOS DE FORMAÇÃO DA IRMANDADE DO
SENHOR BOM JESUS DO BONFIM DE LARANJEIRAS/SE (1837-1893)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade
Federal de Sergipe (UFS) como pré-requisito para
obtenção do grau de Licenciatura em História.
Orientador: Prof.º Dr. Antônio Lindvaldo Souza.
Coorientadora: Profª. Dra. Verônica Maria
Meneses Nunes.

SÃO CRISTÓVÃO

2023

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central analisar os primeiros anos de formação da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim de Laranjeiras/SE, entre os anos de 1837 e 1893, a partir da experiência de alguns de seus membros. O estudo compreende o período que vai da aprovação do termo de compromisso da irmandade por meio dos poderes régio e eclesiástico até a ascensão à provedoria pelo Cônego Eliziário Vieira Muniz Telles. O estudo prezou por ver além do campo devocional, sem esquecê-lo, mas em primeiro plano as práticas sociais exercidas e oferecidas pela entidade numa Laranjeiras que estava em constante crescimento à medida que a Província de Sergipe Del Rey vivia o apogeu da produção açucareira. Desta forma, os sujeitos históricos que vão formar o cenário religioso da sobredita irmandade são parte da aristocracia local advindos dos engenhos e das camadas médias urbanas. Não obstante, constata-se que apesar do presente trabalho ter sido proveitoso ainda permanecem algumas lacunas em momentos importantes da instituição que precisam ser melhor aprofundados. Outros temas também foram abordados, mas sem pretensão de entendê-los na totalidade. As fontes consultadas, sobretudo, as disponíveis pelo Cônego Philadelpho Jhonatas de Oliveira e as do Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES, deram a dimensão dos trabalhos desenvolvidos pela irmandade naquele contexto. Como aporte teórico foi utilizado as reflexões de Michel de Certeau (1925-1986) e Cornelius Castoriadis (1982).

Palavras-Chave: Irmandade; Laranjeiras; Bonfim; Função Social.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the first years of formation of the Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim de Laranjeiras/SE, between the years 1837 and 1893, based on the experience of some of its members. The study comprises the period that goes from the approval of the term of commitment of the brotherhood through the royal and ecclesiastical powers until the ascension to the providership by Canon Eliziário Vieira Muniz Telles. The study sought to see beyond the devotional field, without forgetting it, but in the foreground the social practices exercised and offered by the entity in an Orange tree that was in constant growth as the Province of Sergipe Del Rey experienced the peak of sugar production. In this way, the historical subjects who will form the religious scenario of the aforementioned brotherhood are part of the local aristocracy from the sugar plantations and the urban middle classes. However, it appears that although the present work has been fruitful, there are still some gaps in important moments of the institution that need to be better deepened. Other topics were also addressed, but without claiming to understand them in full. The sources consulted, especially those available by Canon Philadelpho Jhonatas de Oliveira and those from the Public Archive of the State of Sergipe - APES, gave the dimension of the works developed by the brotherhood in that context. As a theoretical contribution, the reflections of Michel de Certeau (1925-1986) and Cornelius Castoriadis (1982) were used.

Keywords: Brotherhood; Orange Trees; Bonfim; Social function.

1 INTRODUÇÃO

Em cidades históricas, sobretudo, aquelas que desempenharam funções estratégicas no passado, é possível perceber uma característica peculiar. Além da beleza e suntuosidade da arquitetura, logo cativa a curiosidade do visitante a quantidade de templos religiosos em tão pouco espaço. No Brasil, cidades mineiras, Salvador, Recife e Olinda são destaques pela quantidade de patrimônio em pedra e cal ainda conservado. Em Sergipe, Laranjeiras e São Cristóvão possuem em seus centros históricos um conjunto de igrejas que as diferenciam das demais cidades no Estado.

Em Laranjeiras, logo avistamos a igreja do Bom Jesus dos Navegantes e a imponente torre do relógio da igreja do Senhor do Bonfim nos dois morros que margeiam a cidade. Abaixo avista-se as duas torres da igreja matriz do Sagrado Coração de Jesus e após dois quarteirões a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos. Mais afastadas estão as igrejas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Comandaroba. Por fim, do lado direito do rio cotinguiba pode-se contemplar a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Santaninha, esta última propriedade particular da família Ribeiro Guimarães.

Essa quantidade de igrejas intriga o visitante que conhece esses sítios históricos, levando-o a pensar para que fim a Igreja Católica erigiu tantos templos em tão pouco espaço, como é o caso da cidade de Laranjeiras. A resposta se encontra no surgimento das irmandades religiosas que são as proprietárias da grande maioria desses edifícios que formam o cenário paisagístico.

No Brasil, as irmandades e confrarias datam do período colonial e tiveram relevância na construção da própria identidade nacional. Em primeiro plano tinha como objetivo a congregação de fiéis em torno de uma devoção que era escolhido como padroeiro. E, em segundo plano, diante das necessidades sociais, assumem um caráter assistencialista diante da precariedade do Estado nascente.

Emergidas numa sociedade estratificada estas entidades religiosas evocavam suas principais características de acordo com o universo de interesses entre brancos, negros e pardos. Dessa forma, até mesmo a própria construção do templo estava condicionada ao grupo social que estivesse vinculado, pois representavam ainda que de forma simbólica a hegemonia dessas camadas sociais. (JÚNIOR, 2010)

Um caso concreto e tão próximo é a disposição geográfica das igrejas no centro histórico da cidade de Laranjeiras, onde os templos que pertenciam aos brancos, como é o caso da igreja Matriz e a do Senhor do Bonfim, foram erguidas em regiões centrais, em contraposição às igrejas dos homens pardos e pretos que ficam nos arrabaldes.

No interior dessas igrejas observa-se ainda mais a divisão social que deveria existir para determinar a quem pertencia. No altar-mor, ficava o sacerdote capelão que deveria, apenas, assistir os sacramentos e celebrar as liturgias mantido pela instituição; em seguida, em lugar de destaque, junto ao altar da devoção, ficavam a mesa administrativa e os irmãos; por fim, na região próxima à porta, os devotos.

Essa configuração espacial é apresentada na igreja da irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim de Laranjeiras que é objeto deste estudo.

Esta pesquisa tem por objetivo geral perceber, por meio da criação e institucionalização da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim de Laranjeiras, reconhecida na primeira metade do século XIX, o seu desenvolvimento nos primeiros anos de atuação.

Além disso, pretende-se identificar de que forma as experiências e anseios sociais de seus membros, no gerir da irmandade, tiveram como ambiente o meio religioso na tentativa de conquistar seus espaços perante o corpo social.

Estes sujeitos que emergem concomitante ao crescimento econômico cultural da região, formarão o cenário social da Laranjeiras do século XIX. As necessidades desses indivíduos caracterizarão o fazer histórico em torno de uma comunidade ascendente que deposita no campo religioso sua maior fonte de expressão.

A influência da família Ribeiro Guimarães, que esteve sob o comando da provedoria da irmandade por dois mandatos, por ser uma prole abastada e de prestígio na região, tinha vínculos devocionais com a referida instituição. Desta forma, nestes primeiros anos de formação obtiveram influência na construção da identidade religiosa do sodalício.

Esta família estava no rol daqueles que buscaram, na pequena Vila de Laranjeiras, no contexto em que atraía muitos europeus em decorrência da ascensão da produção açucareira e do comércio de mercadorias, estabelecer-se e angariar riqueza, logo, inseriram-se na vida religiosa local.

Ademais, o processo de estruturação da própria cidade repercutiu, em certa medida, na evolução da irmandade e como a entidade religiosa utilizou-se em torno de projetos que pudessem viabilizar sua hegemonia no campo social laranjeirense.

Nesse ínterim, observar-se-á alguns aspectos dos desdobramentos do processo romanizador que a Igreja de Sergipe passou no final do século XIX, onde também a irmandade sofreu fortes reflexos provindos deste novo olhar.

Este estudo delimitou o marco temporal estendendo desde a aprovação do seu compromisso até a subida ao cargo de provedor pelo Cônego Eliziário Vieira Muniz Telles (1837-1893).

A presente pesquisa divide-se em quatro partes. Na primeira, apresenta-se o conceito de irmandades e os tipos de associações desde os primeiros núcleos formados ainda na idade média até o Brasil setecentista, bem como sua estruturação e funcionamento. Na segunda parte, situa-se o leitor em que contexto vivia a Igreja Católica de Sergipe, vinculada ao arcebispado baiano e as sanções eclesiásticas sofridas pela irmandade do Senhor do Bonfim de Laranjeiras em virtude dos ideais romanizadores vigentes. Na terceira parte, entrará em destaque a cidade de Laranjeiras no século XIX para melhor compreender o campo social, político, econômico e cultural em que surgirá tal associação religiosa. E na quarta e última, apresenta-se a origem, atuação e fatos que marcaram a instituição nos seus primeiros anos.

2 IRMANDADES E CONFRARIAS

As irmandades, confrarias e ordens terceiras são agrupamentos que surgem no florescer do medievo cujo objetivo era um núcleo de indivíduos partilharem de uma devoção. Foi a necessidade de muitos viverem em comunidade para tentar driblar as intempéries da vida que os fizeram associarem-se em prol de sentidos mútuos. Logo imprimiram um caráter prático em torno das necessidades vigentes.

Segundo Boschi, essas associações surgem sob a “inspiração e a égide do poder espiritual, logo se pautaram por um sentido nitidamente laico. Assumiram, assim, papel suplementar ao da Igreja, com finalidades bastantes dinâmicas, acompanhando o processo histórico (1986, p. 13).

Inicialmente essas necessidades eram desfrutadas apenas no campo religioso e em decorrência de sua dinamicidade e das incertezas do homem medieval ganharam um

aspecto assistencial em torno de associações voluntárias. Surgem assim de forma expressiva as confrarias de cunho social e espiritual.

Confere também às prelazias o surgimento por meio das corporações de ofícios, grupos de indivíduos que surgem também na idade média ligados mutuamente em torno de uma profissão.

Entretanto, há distinção entre confrarias e corporações, “nas confrarias, os assuntos profissionais não constavam como preocupação primeira” (Ibid., 1986, p. 14). Enquanto nas corporações de ofícios primava-se não apenas pelo lado religioso, mas sobretudo, pelo controle econômico e político.

Na cidade de Laranjeiras, no dia 24 de setembro de 1872, foi fundado o que talvez pudesse ter sido uma experiência ou algo semelhante a uma corporação de ofício. A Sociedade Monte Pio dos Artistas tinha como padroeiro a imagem do Senhor da Cruz, que ainda fica no retábulo direito da igreja do Senhor do Bonfim. Entretanto, pouco se sabe da atuação desta entidade e dos artistas e artífices que o integravam. A sociedade surgiu ainda na segunda metade do século XIX e continuou suas funções no transcurso do século XX¹. Assim expressa o Cônego Philadelpho de Oliveira acerca desta associação de artistas laranjeirenses:

No dia 21 de outubro de 1872 foi fundada pela Sociedade uma Aula Noturna, falando nesta ocasião o Cel. Pedro Antônio Oliveira Ribeiro, que ofereceu a Casa de Instrução, tão célebre por ter nascido neste prédio o grande laranjeirense Dr. João Ribeiro. Esta Sociedade prestou relevantes serviços durante a epidemia de varíola de Março a Dezembro de 1873 (2005[1935], p. 148).

Neste caso, mesmo diante das incipientes fontes que demonstram a verdadeira finalidade da dita sociedade dos artistas laranjeirenses, pode-se perceber algumas de suas atuações na Laranjeiras daquele período. Além de congregar uma categoria profissional da cidade prestou relevantes serviços quando a população foi acometida por uma grave doença. Sendo essa, uma das características mais comuns entre as irmandades e as corporações de ofícios.

As irmandades religiosas guardam e refletem na memória a promoção dos principais acontecimentos históricos locais em que estão imersas. Esse fato se deve em

¹ Estrutura Administrativa da Sociedade Monte Pio dos Artistas da cidade de Laranjeiras no ano de 1911 no Almanak Laemmert. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=48643&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em: 10 abr. 2023.

parte, ainda que estivessem condicionadas ao poder hierárquico, ao público bem articulado que era admitido, muitas vezes civis, comerciantes, militares, políticos e clérigos. Desenvolveram autonomia e dinamicidade, a ponto de convergir ideias e posições com os poderes régio e eclesiástico. Ao passo que também caminharam juntos aos órgãos oficiais, na busca por espaços de poder.

Mais do que nunca, na modernidade do século XVIII, nas monarquias absolutistas, cresce a hegemonia dos leigos, como afirma o historiador Rogier - “quem estuda a história cultural do século XVIII fica dolorosamente impressionado pela ausência da Igreja e sua liderança na discussão sobre as questões urgentes do tempo” (1966, p.35).

Essa movimentação laical ao longo do processo histórico assumiu características coesas a ponto de gerar o que o pesquisador Boschi chamou de “agentes de solidariedade grupal” (p. 14, 1986). Dessa forma, congregavam, simultaneamente, em duas frentes: os anseios com o sagrado e as adversidades sociais. A saber, desta última, cuidavam de doentes desassistidos, defuntos carentes de recursos, preparação e execução de cortejos fúnebres, enterramento em solo sagrado e celebração de missas em sufrágio da alma. Uma vez que estas instituições proveram o básico que o Estado nascente ainda não oferecia ou que não tinha como prioridade.

Em certa medida, a historiadora Kátia Mattoso, em suas pesquisas acerca das confrarias baianas, também corrobora com o pensamento da solidariedade entre os confrades. O que ela denomina de “espírito de ajuda mútua” (1992, p. 400). Contudo, seu pensamento envereda incisivamente no campo temporal. Era prudente a garantia do ingresso nas irmandades, pois, determinavam uma espécie de poupança em caso de infortúnios futuros.

Neste caso, as irmandades e confrarias funcionavam para além da religiosidade, o que não deve ser considerado secundário. Dessa maneira, desempenharam o papel de promotores da máquina social no cotidiano dessas vilas, povoados e cidades.

Em Portugal, de quem herdamos influência direta na colonização, as associações leigas estavam ligadas às corporações de ofícios cujas raízes estavam entrelaçadas às camadas inferiores. Nessa situação, as irmandades têm em sua origem o associativismo popular que demonstra claramente o interesse do poder público pelas questões econômicas e políticas, relegando ao segundo plano, a assistência social. Assim, desassistidos, os grupos subalternos criaram mecanismos de autopreservação. É nessa

linha que se busca compreender as tratativas autossuficientes que essas organizações assumiram ao longo da história. Ainda que legalmente submissas ao controle do padroado, elas têm em sua estrutura um poder intrínseco.

Convém, nesse sentido, entender melhor o conceito de solidariedade cunhada pelos pesquisadores. Estes espaços dotados de um certo coletivismo “convergiam todas as espécies de sentimentos e aspirações. As relações comunitárias faziam-se na medida exata da identificação entre os que dela participam” (BOSCHI, 1986, p. 14). Ao passo que é curioso notar que estas irmandades “trazem em seu bojo acentuado individualismo, isto é, podiam ser entendidas também como centro catalisador de individualidades atemorizadas pela morte e ávidas por um espaço político” (Ibid., 1986, p. 14).

Nessa linha, nota-se duas vertentes em que os indivíduos utilizam nesses espaços: primeiro para liberar seus anseios e segundo como palco de suas discussões.

Em diálogo com a historiadora Vanessa dos Santos Oliveira, em sua dissertação de mestrado em Sociologia, *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade e caridade em São Cristóvão - SE (Século XIX)*, corrobora no pensamento que as confrarias refletiam a organização da sociedade “constituindo-se redes de sociabilidade que permitam a formulação de estratégias identitárias estabelecidas na interação entre os grupos de forma relacional e dinâmica” (2008, p. 19).

Diante das assertivas expostas quanto à natureza e estrutura das organizações, pesquisas mostram que há uma série de legislações que institucionalizaram e controlaram as ações desses sodalícios. Tanto na esfera eclesiástica como na secular. Conforme o Direito Canônico no “Cânon 700 aponta três classes de associações: ordens terceiras, confrarias e pias uniões”. Esta classificação tem por princípio oficializar o papel assumido pelas organizações e o seu poder hegemônico na sociedade.

Assim, as irmandades possuem em sua estrutura uma hierarquia própria de seus compromissos em que a cultura é seletiva nas admissões dos seus membros; as confrarias que têm característica principal o culto público de suas devoções; “as pias uniões, são frágeis os laços que ligam seus integrantes, pois estes não chegam a se organizar em uma autêntica agremiação” (BOSCHI, 1986, p. 15); as arquiconfrarias têm poder de agregação formando um conjunto de confrarias ainda que não possua direito de uma sobre a outra. E, por fim, as ordens terceiras “que são associações pias [...] que se vinculam a uma ordem religiosa, da qual extraem e adaptam regras [...] Tais regras, no entanto, devem ser

aprovadas pela Santa Sé” (Ibid., 1986, p. 19). Esse detalhe faz das ordens terceiras um grupo seletivo que gozava de grande prestígio nas camadas mais altas da sociedade.

É neste contexto de incertezas e pouco interesse administrativo pelas questões sociais que nascem as primeiras organizações. No desenrolar da história essas prelações angariaram fomentos e se tornaram espaços que gozavam de prestígios. É quase impossível entender a história mineira sem que passe pelos estudos das aprovações dos compromissos das irmandades, confrarias e ordens terceiras. Estas determinaram o desenvolvimento social de muitos locais na Europa e no Brasil. Por isso nem sempre a relação entre a Igreja e o Estado foi aprazível. Em meio ao culto ao sagrado havia muitos jogos de interesses.

Assim, alguns ordenamentos régios e eclesiásticos foram promulgados na intenção de controlar a hegemonia política destas associações. No caso mineiro, não estava apenas em jogo o controle da fé, mas, sobretudo, combater o contrabando e o confisco do ouro e diamantes que saíam dessa região para abastecer a Coroa Portuguesa.

No Brasil, destacam-se dois veículos oficiais que controlavam as ações dessas irmandades. Primeiro, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)* de autoria do quinto Arcebispo Primaz, D. Sebastião Monteiro da Vide. Configuraram as primeiras compilações legais que normatizaram a existência das confrarias sob a jurisdição da Igreja de Roma. Com a influência tridentina do concílio buscou-se alinhar em seus termos de compromissos o que chamou “abusos” (VIDE, 2007, p. 304). Nestes moldes a Igreja Romana tentava atrair para si os comandos e as individualidades das igrejas particulares² conforme as diretrizes papais. Segundo, no campo secular, os Tribunais de Mesa de Consciência e Ordens, mecanismos em que o monarca exercia influência e controlava os tributos.

Assim, constata-se que tais associações eram mapeadas por órgãos fiscalizadores em decorrência da posição privilegiada em que estavam. Conforme explicita o fragmento abaixo:

O Estado esteve sempre atento. Atento no sentido de fazer cumprir a legislação vigente, observando bem de perto o desabrochar de novas agremiações. Analisem-se, por exemplo, os *Compromissos*, isto é, os estatutos das irmandades. A partir do século XVIII, a ereção passou a ser regulada pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Este documento, que

² “As igrejas particulares, nas quais e das quais existe a una e única Igreja Católica, são propriamente as Dioceses [...]” (CDC, 1983, Cân. 368)

deveria nortear a vida religiosa da Colônia, em seu Título LX, parágrafo 867, determina a obrigatoriedade de as irmandades eclesiásticas remeterem seus Compromissos para aprovação do Bispo (BOSCHI, p. 26, 1986).

Cabe também perceber que não se deve pensar o significado histórico dessas associações apenas no plano social. Gestadas no seio do catolicismo medieval, promoveram a cultura devocional. Com o culto aos santos, as almas do purgatório, aos anjos, à Santíssima Trindade, a Nossa Senhora e a Nosso Senhor Jesus Cristo. Este, patrono da irmandade que é objeto desta pesquisa, mais precisamente, sob o título de Bom Jesus Senhor do Bonfim.

Também “Constituíram importante mecenato artístico na colônia” (CAMPOS, 2011, p. 97) com a contratação de diversos artistas no embelezamento dos templos, na arte sacra, na música e na liturgia. Destaca-se, em Minas Gerais, Aleijadinho, que prestou relevantes serviços às irmandades mineiras. Na Igreja do Senhor do Bonfim em Laranjeiras, os antigos altares, o forro, o trono e retábulo da capela-mor, que foram destruídos pelo fogo, eram de autoria do entalhador Crispiniano José dos Santos contratado pelos irmãos em 1856, conforme consta em ata.

Todo ato praticado pelas irmandades, confrarias e ordens terceiras estavam previstas no termo de compromisso. Todos os deveres e direitos de cada irmão admitido estava contido neste termo que hoje equivale a um estatuto. Nele se previa quem deveria compor as irmandades, a estrutura administrativa e as festividades devocionais. Apenas com a aprovação do compromisso a referida associação teria plenos direitos de instituir e realizar suas atividades na sociedade.

No Brasil, essas associações desenvolveram importantes trabalhos sociais e religiosos no período colonial e imperial. Ainda hoje é comum ouvir reportagens que noticiam acerca dos Hospitais de Santas Casas de Misericórdias, entidades vinculadas às Irmandades de Misericórdia, que têm em seus compromissos o serviço do zelo espiritual e social. Os primeiros hospitais e cemitérios no país são em sua maioria propriedades dessas entidades que tiveram um importante papel na criação da nossa identidade.

Portanto, é importante entender os processos históricos que vivenciaram as irmandades, confrarias e ordens terceiras no país, pois, nelas, estão boa parte da nossa história guardada em seus ricos acervos. Em Sergipe, as associações tiveram importantes cenários e figuras que contam sobre o nosso modo de agir e ser.

3 O GOVERNO ARQUIEPISCOPAL BAIANO DE D. ROMUALDO ANTÔNIO DE SEIXAS

No contexto em que a Irmandade do Senhor do Bonfim de Laranjeiras foi institucionalizada, uma vez que, já se encontrava reunida, apenas faltando a aprovação do compromisso pelos poderes régio e eclesiástico, a Igreja Católica de Sergipe estava sob a circunscrição do arcebispado baiano, pois ainda não havia a Diocese de Aracaju.

À frente da Sé baiana, estava o arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas (1786-1860), o qual chancelou o reconhecimento da irmandade no dia 18 de outubro de 1837. Natural do Pará, “é um dos prelados mais importantes da história da Igreja do Brasil, tendo grande influência no pensamento católico” (AZZI, 2001, p. 145). Suas atividades episcopais foram as mais longas durante o contexto imperial, estendendo-se de 1827 a 1860. Além disso, destacou-se no movimento da reforma católica, em que ganhou as honras papais de Pio IX, ao passo que se consagrou em seus escritos pela defesa do trono brasileiro.

Este último merece destaque, já que, segundo a Constituição de 1824 era previsto em direito o regime do padroado, acordo de concessão que a Santa Sé dava ao governo português de interferir nos assuntos eclesiásticos em compensação da exclusividade da fé católica. Assim, cabia, não somente ao arcebispo a promulgação do reconhecimento da associação de fiéis de Laranjeiras ou de qualquer outra, mas também ao monarca.

Conforme previa a Lei de 22 de setembro de 1828, presente no requerimento da irmandade, que destituiu o Tribunal da Mesa de Consciência e Ordem, delegando exclusivamente à Igreja e depois ao Governo Provincial o reconhecimento dos compromissos de irmandades religiosas. Mais precisamente o art. 2º, §11, inciso VIII, da referida norma que especifica o papel desses agentes reguladores que deveriam sancionar o funcionamento da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim de Laranjeiras/SE.

Dessa forma, nota-se uma das características mais importantes do prelado aqui evocado. Segundo o historiador Riolando Azzi, D. Romualdo, durante seu governo pastoral, exerceu com veemência a união entre o trono e o altar.

Todavia, é pelo seu caráter doutrinário que seu governo irá marcar o contexto da ereção da irmandade do Bonfim de Laranjeiras. D. Romualdo foi um precursor destemido das reformas que preconizavam o Concílio de Trento (1545-1563) e do Concílio Vaticano

I (1869-1870) no Brasil, ou o que os historiadores chamam de reforma católica, romanização, ou ainda ultramontanismo. Este movimento eclesial transformou a “cara” da Igreja no século XIX. Tendo por princípio a reformulação das condutas dos clérigos que pastoreavam à margem dos ensinamentos de Roma.

Segundo Antônio Lindvaldo Souza, o uso dos termos romanização e ultramontanismo inicialmente se davam no mesmo plano, um era semelhante ao outro. Contudo, no decorrer das pesquisas o historiador buscou perceber as diferenças. Dessa forma, o emprego do termo romanização constituía:

política elaborada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países católicos, numa tentativa de retomar os valores tridentinos (06) - abandonados ou deturpados ao longo do tempo - para enfrentar as inovações do mundo moderno e, em especial, o liberalismo (SOUZA, 2006, p. 02).

Na “berlinda” dos combates aos antigos vícios nada ortodoxos dos presbíteros brasileiros, sobressai os postulados defendidos pelo arcebispo baiano D. Romualdo de Seixas. Esta figura proeminente traçou os marcos romanizadores do clero, até então, precarizado. Dessa maneira, investiu na formação dos padres com a criação do Seminário Episcopal da Bahia, era importante cada vez mais no mundo moderno um sacerdote capaz de defender as doutrinas da Igreja. Adepto da moralização e aparência do vigário que deveria expressar o sagrado no contexto secular com o uso do distintivo social (a batina). Foi também um defensor do celibato católico e das individualidades entre o leigo e o prelado.

As mudanças empreendidas por Dom Romualdo Seixas foram um divisor de águas para o catolicismo tradicional colonial. Aquelas antigas práticas de devoção popular começaram a ceder espaço para um catolicismo que valorizava as práticas europeizantes com forte ligação com Roma. É talvez por isso, que em Laranjeiras o culto ao Senhor do Bonfim tenha sido esquecido em favor da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, padroeiro da cidade, apenas retornando sua festa no ano de 2021³. Assim expressa AZZI “essa europeização da Igreja acentua o distanciamento entre o clero e o povo. A incompreensão das expressões religiosas populares gera atritos com o culto ao Senhor do Bonfim [...]” (2006, p.159).

³ Programação da Festa de Nosso Senhor do Bonfim de Laranjeiras/SE promovido pela Venerável Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim e Nossa Senhora das Dores em 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CN0Ehq7j_Qr/?igshid=MDJmNzVkMjY= Acesso em: 10 abr. 2023.

Entretanto, é importante lembrar que a referida irmandade de Laranjeiras, cujo patrono é o Senhor do Bonfim, trata-se de uma prelazia de leigos brancos e abastados da região mais próspera do estado, a Cotinguiba. O que se pode comprovar pelos documentos encontrados no livro do Cônego Jhonatas Philadelpho de Oliveira e na Coleção Sebrão Sobrinho do Arquivo Público do Estado de Sergipe, onde muitos irmãos admitidos ocupavam cargos de destaque na cidade e até mesmo fundaram a Santa Casa de Misericórdia e a Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Peculiaridades pode-se perceber entre as Irmandade do Bonfim de Laranjeiras e Salvador. Ambas são instituições que possuem seus templos em lugar bem-sinalizado e constituídas por homens brancos das famílias tradicionais da sociedade. Entretanto, o culto ao padroeiro, o Senhor Bom Jesus do Bonfim, extrapola as amarras do termo de compromisso e ganha devoção pública em Salvador. Em Laranjeiras, esta devoção sofre os efeitos do ultramontanismo e desaparece no século passado.

D. Romualdo forjou um novo conceito de catolicismo que passará a ser vigente atendendo os rigores romanos e as mudanças que o mundo moderno exigia. Neste ínterim, as associações leigas sofreram algumas transformações no que diz respeito a sua autonomia. Sob o olhar constante dos sacerdotes formados pela mentalidade da reforma, as irmandades e ordens terceiras entraram em querelas com seus capelães.

As mudanças empreendidas por Dom Romualdo logo chegaram a Sergipe. Em Laranjeiras, durante uma visita em 12 de janeiro de 1865, houve um conflito entre o vigário geral, representante do arcebispo da Bahia, à época D. Manoel Joaquim da Silveira e a mesa administrativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim. Os irmãos sofreram a pena de suspensão sob alegação de irregularidades em seus livros e, por isso, proibiram a visita do prelado à igreja da irmandade. A visita é narrada em ofícios e se deu por meio da presença do juiz municipal que interveio, uma vez que, os irmãos se negaram a abrir o templo. A querela foi registrada pelo visitador nos seguintes termos:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. o resultado da missão da qual por ato de paternal bondade fui encarregado por V. Excia. tendo visitado as Freguesias do Rosário, Capela e Laranjeiras, só nesta última fui desobedecido por uma intrusa mesa da Confraria do Senhor do Bomfim, mas com humildade e prudência tudo consegui graças ao concurso do Pároco, à união do clero e à religiosidade do povo. Para sanar os males e os vícios da intrusa e corrupta mesa tomei as providências, cujas cópias envio para a devida aprovação. Deus Guarde V. Excia. Revma. Pombinha, 12 de janeiro de 1865 (OLIVEIRA, 2005, p. 141).

Observe-se, pois, que a visita pastoral na igreja dos irmãos do Bonfim em Laranjeiras apenas ocorreu sem a aprovação da mesa administrativa da irmandade e sim com a intervenção do pároco da freguesia e do juiz municipal. Destacando esse evento, a materialização dos efeitos da romanização empreendida por D. Romualdo e dos demais bispos que o sucederam. Ou seja, fica evidente nesse episódio a disputa de poder entre fiéis e clérigos.

É, portanto, nesse contexto de reforma da Igreja que será aprovado o termo de compromisso da Irmandade do Bonfim de Laranjeiras. Sendo o arcebispo que chancela sua existência o precursor das mudanças eclesásticas.

4 “HERÓICA, MURMURANTE E SOLUÇOSA ESPOSA DO COTINGUIBA”⁴

A colonização das terras laranjeirenses remonta ao século XVI com a conquista do território por Cristóvão de Barros em 1590 e a divisão do território em sesmarias por aqueles que com ele vieram para lutar contra os indígenas. Os primeiros colonos instalaram-se na margem esquerda do rio cotinguiba configurando os primeiros habitantes. Para o Cônego Philadelpho:

A época do seu nascimento não pode ser determinada porque ela nasceu à margem direita do rio Cotinguiba lentamente, vagarosamente, como nascem as flores segundo a maior ou menor quantidade de seiva. Em Laranjeiras a seiva era colorização que espontânea, vinda atraída pelo perfume dos laranjais e pelos sons musicais arrancados das violas dos primitivos habitantes, que como as ninfas na ilha dos amores ou como as sereias à margem do rio tocavam e cantavam extasiando os viajantes errantes (OLIVEIRA, 2005[1942], p. 50).

Fazendo uso dos artifícios poéticos e da subjetividade, assim, expressou o filho da terra, o sacerdote católico, Philadelpho de Oliveira, que foi vigário colado no século passado, acerca da fundação da cidade. Ainda que pareça um tanto quanto arraigado de ufanismo, deve considerar pelo todo que é bem verdade que a pequena povoação da Laranjeiras foi o centro escoador da maior riqueza que o Estado exportou.

Localizada na margem direita do rio cotinguiba, rodeada de morros e da mata atlântica, Laranjeiras foi no século XIX uma das principais vilas da Província de Sergipe Del Rey. Em virtude da fertilidade do solo massapé⁵ que é propício ao cultivo da cana-

⁴ Assim descreveu o Cônego Philadelpho Jhonatas de Oliveira acerca da cidade de Laranjeiras em sua obra *Registros dos Fatos Históricos de Laranjeiras* em 1942.

⁵ “argilosos, escuros e pesados, que retinham bem a umidade e eram preferidos para o cultivo da cana-de-açúcar, a cultura mais rentável no período colonial. Lá eram encontrados também os “salões”, solos avermelhados, mais leves que o massapé, mas também muito férteis.” (AMARAL, 2012, p. 33)

de-açúcar, o considerado ouro branco de Sergipe, o que era o Recôncavo Baiano para a Bahia representava o vale do cotinguiba para a província sergipana.

A povoação não demorou para entrar nos destinos das comunicações marítimas. Seu porto, sujeito a influência das marés, permitia o intercâmbio com o comércio que vinha do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Em tempos em que existiam poucas estradas, e as que haviam eram abertas pelo gado, o transporte fluvial constituía o principal meio comunicativo.

“O progresso do setor açucareiro trouxe, para Laranjeiras, o deslocamento da posição que vinha sendo ocupada por Santo Amaro. Até o começo do século passado, fora aquela vila ‘a ante-Câmara [sic] da Capital’” (NUNES, 1978, p. 26). Estando numa localização estratégica em virtude do rio cotinguiba, não demorou para que os habitantes do pequeno povoado pleiteassem a elevação da condição administrativa ainda no início do século.

“Rica, opulenta, com mais de 850 fogos, sua população excedia a 3.000 habitantes” (Ibid., 1978, p. 27) mesmo ainda não tendo as prerrogativas legais em curto espaço de tempo alcançou os mais altos postos administrativos. Não demorou para que fosse Vila Imperial em 1832, tornando-se também Freguesia cujo padroeiro é o Sagrado Coração de Jesus, herança da presença jesuítica. Em 1835 passa a ser cabeça da Comarca englobando outras importantes vilas que compartilhavam com o cultivo do açúcar. Recebendo o título de cidade em 1848.

Durante as disputas pelas aclamações a causa do monarca Pedro I, ainda na condição de povoado é transferida a sede administrativa de São Cristóvão para Laranjeiras sob o governo de José de Barros Pimentel, um filho da terra (ANTÔNIO, 2011, p. 276).

A primeira metade do século XIX marca o crescimento da vila. Ao passo que há a organização administrativa, cresce sua riqueza e se transforma num núcleo urbano expressivo.

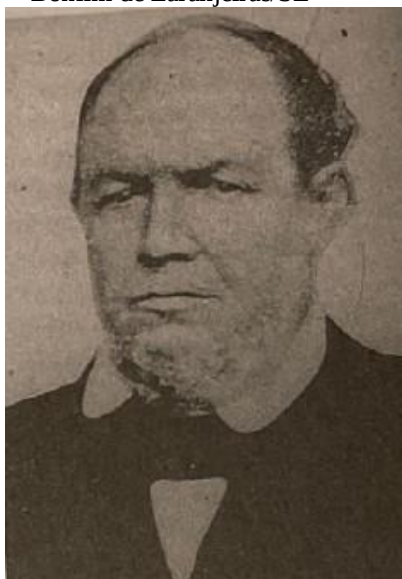
É essa urbe que irá atrair profissionais liberais em início de carreira, artistas e comerciantes abastados. Para Edna Matos Antônio:

Em fins do século XVIII, o povoado de Laranjeiras, igualmente tornou-se uma importante região de recepção e fixação de portugueses, sendo reputada por

esta característica, pois variados ramos do comércio da região estavam majoritariamente nas mãos dos lusitanos (2011, p. 146).

Neste contexto de crescimento econômico chega à vila de Laranjeiras, o português, Agostinho José Ribeiro Guimarães, por volta de 1820, casando-se com a laranjeirense Maria Firmiana Soares do Nascimento (ARAÚJO, 2010, p. 35). Constituíram importante rebento familiar que se integrou ao social local. Abastados, professavam em público a fé católica, com uma ligação íntima com a irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim.

FIGURA 1 - Agostinho José Ribeiro Guimarães sócio fundador do Hospital do Senhor do Bonfim de Laranjeiras/SE



Fonte: Genealogia Sergipana (2010)

Agostinho José foi sócio fundador do Hospital do Bonfim em 1840, que pertencia à irmandade do mesmo nome, e seu filho mais velho, o Major Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães, foi provedor da dita irmandade entre os anos de 1877-1893.

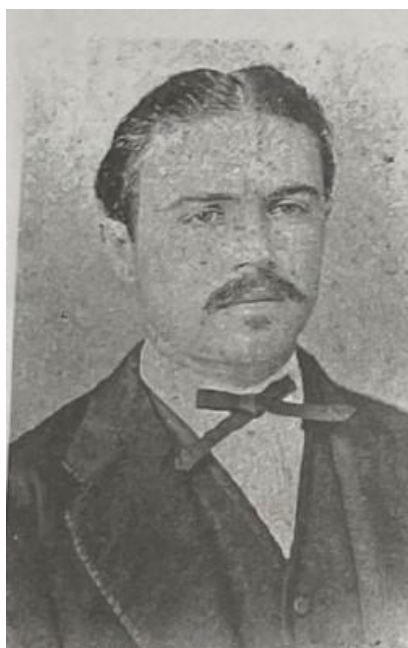
Fortes são os laços que ligam a família Ribeiro Guimarães a esta instituição religiosa. Foi sob a administração do Major Antônio Agostinho que chegou em Laranjeiras a maior festividade mariana da instituição e da cidade, o conhecido mês doloroso. Festividade que ocorre no mês de setembro em honra a Nossa Senhora das Dores, devoção particular da irmandade e do Agostinho. Tão devoto era que dá o nome de sua primeira filha a Maria das Dores. Falecendo-o, aos 16 de setembro de 1893, um dia após a festa de Nossa Senhora das Dores.

A família Ribeiro Guimarães detinha um certo prestígio na região. O português Agostinho foi vereador nos biênios de 1856 e 1858, recebendo a nomeação de Cavaleiro

da Ordem da Rosa, em virtude dos serviços prestados durante a epidemia de “cólera morbus”. Foi também Major da Guarda Nacional e participou da comissão de recepção ao Imperador D. Pedro II (Ibid., 2010, p. 35). É ele quem manda construir uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição para sua filha Maria de Sant’Ana Soares Guimarães, conhecida por “santaninha”, sendo este templo um dos mais ricos em ouro da cidade, ganhando a admiração dos bispos que fizeram visita pastoral a cidade de Laranjeiras.

Seu filho, o Major Antônio Agostinho, foi presidente da Câmara Municipal, que equivale hoje ao prefeito municipal, tinha uma fábrica de tecidos de algodão e foi além da irmandade do Bonfim provedor e fundador da Santa Casa de Misericórdia e do cemitério da mesma instituição (Ibid., 2010, p. 84).

FIGURA 2 - Major Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães, provedor da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim de Laranjeiras/SE.



Fonte: Genealogia Sergipana (2010)

A localidade das Laranjeiras será o ponto de encontro cobiçado por estes sujeitos que emergiram em busca de espaço propício para a acumulação de riqueza. Nos anos que se seguiram, a cultura da cana teve seu crescimento, bem como o número de engenhos.

Em 1835, o governo da província, na pessoa do seu presidente, o Sr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, preocupado com o embelezamento da vila, ordena que os habitantes de

Laranjeiras pavimentem as portas de suas casas sob pena de multa⁶. Tratando-se de uma das principais localidades naquele contexto, na ótica do administrador, deveria corresponder às necessidades de urbanização que se formavam.

FIGURA 3 - Procissão de Nossa Senhora das Dores com presença dos irmãos do Bonfim na rua do Roque em Laranjeiras/SE.



Fonte: Álbum de Sergipe de Clodomir Silva (1920)

A disseminação da produção açucareira aconteceu tardiamente na província de Sergipe Del Rey, se comparada a outras províncias como é o caso de Pernambuco e a vizinha Bahia. O que não significa que tenha alterado algo e a tenha diferenciado das demais. A prova são as realizações e benefícios que a cidade de Laranjeiras angariou em virtude da produção. Mas também não se pode imaginar ingenuamente que a província não tenha sofrido sob a alcunha de região subalterna que vivia à sombra de sua antiga comarca, a Bahia.

Acerca disso, muitas pesquisas nos últimos anos têm provado que em muitos aspectos a pequena Sergipe despontou à frente daqueles que desconhecem

⁶ Offício do Presidente da Província de Sergipe Manoel Ribeiro da Silva Lisboa ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Vila de Laranjeiras: Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=0&s=0&cv=132&r=0&xywh=-505%2C383%2C2582%2C1821> Acesso em: 12 de abr. 2023.

verdadeiramente. Até mesmo para além da riqueza oriunda do massapé, e sim, em outras culturas.

Em franca expansão administrativa, a pequena povoação de Laranjeiras começa a ganhar seus primeiros traços urbanísticos. Multiplicam-se os edifícios para atender as necessidades vigentes do tempo: prisão, igrejas, ruas calçadas, teatro, alfândega, fontes públicas, casa de caridade, cemitério, iluminação pública, pontes e estradas. Esta era a Laranjeiras que ganhava seus primeiros contornos. Sem falar dos sobrados que acolhiam os comerciantes que para lá acorriam e fixavam morada enriquecidos sob a aristocracia do açúcar.

Como reflexo desse crescimento populacional a cidade ficou conhecida por lá abrigar uma elite não apenas abastada no sentido material, mas aquela que cultivava a cultura da música, da poesia, da política que os grandes aglomerados urbanos europeus produziam.

O século XIX é marcado por profundas transformações no cenário local. A antiga povoação ganhou contornos de núcleo urbano em razão de sua produção baseada na lavoura de cana. Estes sujeitos históricos que para lá emergiram vão alimentar suas necessidades sociais de acordo com suas posses, que neste caso atenderá os mais diversos grupos sociais. Tratando-se de uma sociedade segregada entre brancos, negros e pardos.

A rica Laranjeiras vai abrigar a aristocracia branca, a presença do negro escravizado e liberto e dos homens pardos livres. Essa categorização demonstra os múltiplos anseios que esses homens e mulheres oitocentistas tiveram.

Expressam-se nos usos, na alimentação, nos hábitos sociais, na necessidade de entretenimento cultural, nas categorias profissionais exercidas e até mesmo nas experiências de exercer a religião.

Cada sociedade é autocriação dela mesma, suas regras, seus costumes, seus valores e leis. É o indivíduo quem as cria, sobretudo, aquele que tem o poder constituído. Para Castoriadis, não há uma regra transcendente que influencie nos rumos de uma sociedade, o próprio homem detentor é quem institui as regras e hábitos para manter-se no topo. Observe-se este fragmento:

A história é criação; criação de formas totais de vida humana. As formas sociais-históricas não são determinadas por leis naturais ou históricas. A sociedade é autocriação. Quem cria a sociedade e a história é a sociedade

instituinte; em oposição à sociedade instituída, imaginário social no sentido radical. A auto-instituição [*sic*] da sociedade é a criação de um mundo humano: de coisas, de realidade, de linguagem, de normas, de valores, modos de viver e de morrer, objetivos pelos quais vivemos e outros pelos quais morremos - e, obviamente em primeiro lugar e acima de tudo, ela é criação do indivíduo humano no qual a instituição da sociedade está solidamente incorporada (CASTORIADIS, 1987, p. 271).

Neste estudo, observa as experiências no âmbito das irmandades religiosas que vão surgir na primeira metade do século na recém vila de Laranjeiras. De forma específica a atuação dos homens brancos aristocratas do açúcar e profissionais liberais de renome que serão admitidos irmãos à Irmandade do Senhor Bom de Jesus do Bonfim de Laranjeiras.

Estas associações religiosas têm nas suas múltiplas funções sociais, que mais tarde serão absorvidas pelo Estado, a pretensão de acolher estes sujeitos cuja responsabilidade em seus compromissos vão além de devotar seus santos. Cabia às irmandades e confrarias, além de promover as festividades, executar a criação de instituições sociais básicas, como hospitais e cemitérios.

Assim, é nesse envolvimento histórico de estruturação administrativa, cultural, social e econômica da Vila de Laranjeiras que surge a Irmandade do Bonfim.

5 “AZULADA, BEIJANDO O FIRMAMENTO, UNINDO A TERRA AOS CÉUS”

Assentado no cume da Colina Azulada, azul em virtude da proximidade do céu, foi erguido o templo ao Senhor do Bonfim em Laranjeiras. Sua torre sineira onde abriga o famoso relógio da questão com o governo provincial impressiona os visitantes que adentram o centro histórico. De lá, avista-se todo o vale do cotinguiba até a capital Aracaju, parece até uma materialização do orgulho laranjeirense abordado pelo Cônego Philadelpho em seu livro *Laranjeiras Católica* (1935), em desproporção com o tímido frontispício.

Até parece que o bairrismo laranjeirense afrontado pelo governo do baiano Zacarias de Goés, motivou os irmãos a erguer a mais alta torre sem pretensões decorativas. O interesse era elevar o máximo possível para mostrar quem de fato comandava na economia, na política e na cultura sergipana.

A Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim de Laranjeiras foi reconhecida pelo arcebispo primaz da Bahia, Dom Romualdo Antônio de Seixas (1786-1860), em 18 de outubro de 1837. E também confirmada pelo então presidente da província, Bento de Mello Pereira (1780-1866).

Uma vez institucionalizada pelos dois poderes hierárquicos, a associação estava com plenos direitos de exercer suas atividades sociais conforme previa seu termo de compromisso. Entretanto, vale ressaltar que toda e qualquer irmandade religiosa surge primeiro sob os auspícios de uma devoção. O ponto fundante desses sodalícios se dá em torno da dedicação do templo a um orago, neste caso o Senhor do Bonfim.

Anterior à chancela oficial, já se encontrava os irmãos reunidos em volta da devoção e com a doação do terreno e com parte da construção do templo concluída. Segundo o Cônego Philadelpho, nossa principal fonte:

[...] construída no ponto culminante da cidade a Igreja [sic] do Senhor do Bonfim, tendo vinte e seis metros de comprimento, oito de largura, três altares com as imagens do Senhor do Bonfim, Senhor da Cruz e Nossa Senhora das Dores. Aos vinte e três dias do mês de agosto de mil oitocentos e trinta e seis, o Capm. Domingos José de Moraes e sua mulher D. Maria Joaquina dos Santos, por escritura pública, fizeram o patrimônio da Capela do Senhor do Bonfim em vinte e cinco braças de terras de Leste a Oeste com igual fundo de Norte a Sul no valor de duzentos mil réis. No centro deste terreno foi edificada a capela azulada, beijando o firmamento, unindo a terra aos céus em amplexos de saudades, faltando, porém, a torre, a sacristia, o retábulo, o trono, o côro e o adro (2005[1942], p. 59).

Por se tratar de uma entidade vinculada a figuras importantes do círculo econômico e político sergipano no século XIX, a irmandade do Bonfim de Laranjeiras teve sua chancela de forma repentina. Se comparada a outras instituições religiosas que aguardavam um certo período até a sua aprovação do compromisso.

Talvez é possível que diante da situação favorável que se encontrava a irmandade do Bonfim, já que tinha as condições necessárias para a oficialização, tenha encontrado oportunidade para o seu reconhecimento. Uma outra hipótese que se levanta no presente estudo e esta sem dúvidas, a mais plausível, é a influência daqueles que a fundaram. Trata-se, pois, de uma entidade que tem como membros os senhores de engenhos da cotinguiba, comerciantes lusitanos e profissionais liberais de renome.

O termo de compromisso da referida instituição não foi encontrado, mas a pesquisa dispõe da relação de nomes dos que fundaram o Hospital de Caridade do Senhor do Bonfim em 1839, dois anos após a aprovação do termo. O que leva a considerar ser o primeiro registro de irmãos admitidos à irmandade. Eram eles:

Manoel Ângelo Deschamps de Montemurency, Francisco Antônio Carvalho Nobre, Antônio Carneiro de Menezes, João Batista Meira, Norberto José Diniz Villas-Bôas, Francisco Leite Bitencourt Sampaio, Inácio José de Freitas, Nicolau Silveira Souza, Joaquim Pereira Magalhães, Agostinho José Ribeiro Guimarães, Joaquim José Ribeiro, José Teixeira Cunha, João Souza Bitencourt Leite e Antônio José Alves Guimarães (OLIVEIRA, 2005[1942], p. 80).

Nessa perspectiva uma outra hipótese é suscitada com base naquilo que foi encontrado. Tendo os irmãos a posse do terreno e com sede própria, e sendo seus membros muito bem articulados no meio social, a exemplo do bacharel, Norberto José Diniz Villas-Bôas, então juiz de direito da vila, que participou de toda a tramitação do reconhecimento da irmandade.

Nota-se que o período do requerimento feito pela irmandade até o dia da aprovação do termo seja muito curto. O que a diferencia das demais associações religiosas que peticionavam. O caso da irmandade do Bonfim de Laranjeiras foge à regra já que havia um tempo necessário para aprovação por parte dos órgãos competentes. No curto espaço de menos de dois meses estando o termo pronto é apresentado ao juiz da vila em 04 de setembro de 1837, ao aguardo do poder eclesiástico que o confirma em 08 de outubro do mesmo ano (OLIVEIRA, 2005[1935], p. 78-79).

QUADRO 1 - Provedores do Bonfim no século XIX

Padre Pedro Antônio de Almeida	1855
Domingos José Jequitibá	1856 - 58; 1861
Professor José Lopes de Souza	1859
Manoel Francisco Borges	1862
Antônio da Silva Marques	
Major Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro	
Ângelo Custódio Policiano	
Comendador Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães	1877 - 1893
Comendador e Cônego Eliziário Vieira Muniz Telles	1893 - 1904

Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2005[1942]

A influência dos senhores da cotinguiaba representava um peso forte, logo que, muitos comerciantes lusitanos viviam em Laranjeiras e mantinham um estreito laço com os baianos. Tanto é que, nas lutas pela independência do Brasil, em favor do monarca Pedro I, a pequena povoação de Laranjeiras foi um lugar de resistência aos comandos vindos da corte do Rio de Janeiro.

A vila de Laranjeiras, na próspera região do Continguiaba, caracterizou-se como o local normalmente apontado como o de maior resistência à autoridade de D. Pedro I e mais evidente apoio aos interesses baianos, situação explicada em várias produções historiográficas locais, pela vinculação econômica dos senhores de terras e comerciantes aos interesses mercantis portugueses estabelecidos em Salvador e a maciça presença de lusitanos naquela vila. Ali, o vigário Luís Antonio Esteves e o proprietário José de Barros Pimentel foram apontados como representantes do grupo político que mais veementemente se posicionou contrário à emancipação da província (ANTÔNIO, 2011, p. 266).

Há também um outro sacerdote que entrou em conflito com os interesses de emancipação do Brasil e de Sergipe. Adepto do agrupamento do político laranjeirense José de Barros Pimentel, o Cônego Antônio José Gonçalves de Figueiredo (1773-1840), ainda como vigário colado da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiaba, teve seus bens confiscados pelo exército pacificador do General Pedro Labatut por não apoiar os ideais do monarca.

É este prelado português que será o primeiro vigário colado da Freguesia do Sagrado Coração de Jesus de Laranjeiras e é sob seu paroquiato que se dará aprovação do termo de compromisso e a fundação do hospital da irmandade.

Dois anos após a oficialização da entidade religiosa, é fundado pelos irmãos do Bonfim, uma das primeiras fundações hospitalares de Sergipe. Estabelecido em 1839 e em 1840 inaugurado, a casa de caridade do Senhor do Bonfim era mantida pelas contribuições do porto da capital e pelos poucos investimentos que o governo provincial ofertava.

Àquela altura Laranjeiras era um importante centro disputando a atenção da província com a capital São Cristóvão. Apenas nessas duas localidades havia instituições que pudessem atender aos doentes e cabia à Igreja neste primeiro momento oferecer os cuidados necessários.

Mesmo estando numa região em que sua economia crescia em virtude da produção açucareira, o hospital do Bonfim passou por diversas dificuldades financeiras, ainda que gozasse das vantagens das exportações marítimas. “Em 1847, O Presidente da Província, José Ferreira Souto, solicitou recursos à Assembleia Provincial para comprar uma nova casa para funcionamento dessa instituição, alegando completa falta de condições da existente” (SAMARONE, 2013).

Ao longo do seu funcionamento os presidentes da província em seus relatórios emitiram parecer quanto à existência desta casa de caridade. Sempre notificando o zelo e

as dificuldades com que funcionava. Encerrando seus trabalhos no ano de 1859 por não dispor dos recursos necessários. A casa filantrópica de saúde foi resultado da influência que a irmandade do Bonfim tinha nos seus primeiros anos. O que não significa que diante da situação financeira desfavorável do hospital tenha modificado algo em relação a irmandade.

A prova é que no início da segunda metade do século XIX foi montado uma comissão civil e eclesiástica em que os habitantes de Laranjeiras e irmãos do Bonfim solicitaram a criação de uma nova freguesia onde a referida capela do Senhor do Bonfim serviria de Matriz, independente da do Sagrado Coração de Jesus⁷.

Como foi dito anteriormente os membros admitidos nesta irmandade eram homens articulados da sociedade que encontrava nestes espaços sociais a forma de garantir sua hegemonia. Considerando-se que a Igreja Católica dominava os principais espaços naquele contexto.

A criação de uma nova freguesia ou paróquia representava naquele momento um novo reordenamento na paisagem geográfica do lugar. Uma vez que simbolizava a propagação do culto e princípios de poder (NUNES, 2018). Não se deve pensar o desmembramento do território eclesiástico apenas nas divisões físicas, ou seja, no campo terreno, o indivíduo daquele contexto era um fiel às doutrinas católicas ao tempo que tinha em si o ideal de grandeza.

“A elevação desses espaços de capela para paróquia cria o que se denomina de freguesia, módulo de organização religiosa, ou seja, sua unidade territorial estabelece compromissos diretos com o estado” (Ibid., 2018, p. 66). Dessa forma, gozam de certas prerrogativas que submissa a uma matriz não dispõem. Ser a sede religiosa é a materialização da influência desses sujeitos leigos ou sujeitos sacerdotes, a depender de quem o idealiza.

⁷ Ofício de Domingos José Jequitibá enviado aos senhores da Assembleia Provincial de Sergipe pelos irmãos da Confraria do Senhor Bom Jesus do Bonfim da cidade de Laranjeiras no qual pedem a criação de uma nova freguesia em que a capela do Bonfim sirva de matriz, desejam também a quantia de 600\$00 para conserto da torre de sua capela. Laranjeiras, 16 de fevereiro de 1856. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), BR SEAPES SS V30 982. Aracaju.

Ofício da Comissão de Justiça Civil e Eclesiástica informa sobre a representação de vários habitantes da cidade de Laranjeiras e da Irmandade do Senhor do Bonfim onde foi solicitada a divisão de mais outra freguesia da própria cidade. Laranjeiras, 08 de março de 1858. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), BR SEAPES SS V27 832

Muitas freguesias surgem por meio das irmandades que no primeiro momento vão configurar o espaço religioso no contexto colonial e imperial. É via o patrimônio acumulado dessas entidades que muitas paróquias ainda hoje sobrevivem e dispõe de ricos acervos.

Na situação de Laranjeiras, viam na independência religiosa da irmandade do Bonfim com a freguesia do Coração de Jesus, uma forma de pôr em prática mais efetivamente essa influência, considerando que detinha um ambiente que facilitava o processo.

Entretanto, por algum motivo que não foi encontrado claramente nas fontes a requisição dos irmãos em tornar a capela do Senhor do Bonfim uma matriz sede da nova freguesia, não chegou a concretizar.

Algumas suposições podem ser levantadas considerando que a irmandade do Bonfim de Laranjeiras esteve envolvida em algumas querelas com a Igreja e o Governo Provincial. Estes eram os órgãos oficiais que regulavam a entidade.

Uma hipótese que pode ser levantada é a questão do relógio que ocorreu em 1848, em que o presidente da província, o político Zacarias de Goés e Vasconcelos, tentou levar o relógio da irmandade para a torre da igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória na capital São Cristóvão. As peças da máquina ainda não estavam na torre da igreja da irmandade, mas sim, no trapiche. Contudo, os irmãos sabendo da intenção escondem cada parte do relógio nos engenhos da cidade o que leva o presidente a enviar a guarda nacional para ser acatada a ordem. Todo o processo gera uma reviravolta nos jornais e meios de comunicação da época. O que pode ser considerado uma retaliação em função do ocorrido com a não adesão dos irmãos à proposta de venda do relógio.

Em resposta ao evento, a mesa administrativa financiou a construção da torre sineira, o ponto mais alto da cidade. Do mirante do Bonfim, avista todo o vale do cotinguiba até a capital Aracaju. É o edifício engenhoso que o Cônego Philadelpho chamou de “orgulho laranjeirense”, uma vez que os irmãos não cederam às pretensões de vender o relógio à antiga sede da província.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foram levantadas as experiências dos sujeitos históricos que tiveram um papel na irmandade do Bonfim. Por meio do ambiente religioso esses

indivíduos puderam desenvolver suas habilidades e vontades motivados sob o aspecto assistencialista.

Desde sua fundação, a irmandade do Bonfim, teve um caráter expressivo ligado ao campo social. Era inevitável diante da situação em que se encontrava permanecer apenas na labuta religiosa, esta era a finalidade principal de sua existência e o lado prático é forçosamente impresso à medida que lida com uma sociedade sem estrutura administrativa.

Segundo os postulados do filósofo Cornelius, toda sociedade é criada do imaginário em oposição ao princípio racional. Todo o aparato administrativo, cultural, político, econômico e social, ou seja, tudo que engloba um coletivo e é necessariamente crucial para a existência seria resultado do abstrato com uma finalidade.

A Igreja, enquanto instituição terrena, habilitou nos mais diversos lugares e espaços sociais certos gatilhos que a fizeram soberana em disputa com os leigos. Esse cenário é reflexo daquilo que Cornelius chama de novo imaginário. O lugar, entenda-se por essa palavra de forma abstrata e não física, que a Igreja ocupa no leigo aqueles sujeitos que vão emergir a resposta para a “quebra de braços” entre ambos.

Em outras palavras, as irmandades foram, ou ainda são, espaços de poder dentro de uma instituição que há disputas constantes, a Igreja. Seja no sentido geográfico ou metafísico. E, ao mesmo tempo, se complementam com a mesma finalidade.

No caso do Bonfim há momentos pontuais conflitantes que levam a perceber essas disputas. A própria estrutura administrativa e social considera os atos tomados por indivíduos como válidos. Ainda que sejam negados pela hierarquia eclesiástica quando não correspondidos.

O caráter prático dessas entidades religiosas cria um sentimento de independência quando aliados aos anseios e vontades de seus membros. Atrelado também a um contexto de construção em todos seus sentidos: construção da identidade, construção dos ambientes físicos e construção da própria religiosidade.

Anexo a isso, a influência dos Ribeiros Guimarães se caracterizou pela materialização desses anseios sociais, ainda que estivessem ligados pelo fio religioso, exerceram suas intervenções nesses primeiros anos de estruturação do sodalício.

Por fim, este foi o intuito da pesquisa, ter um olhar cativo aos processos temporais que estas instituições motivaram nos sujeitos por meio da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Bonfim, primeira instituição fundada pelos leigos laranjeirenses no século XIX, num contexto de transformação social que vivia a província de Sergipe Del Rey.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiuba, 1860-1900)**. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

ANTÔNIO, Edna Matos. **A Independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. Franca: [s.n], 2011 (Tese de Doutorado em História) Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103096/antonio_emm_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 mar. 2023.

ARAÚJO, Ricardo Teles. **Genealogia Sergipana**. Aracaju: Typografia Editorial, v-1, 2010.

AZZI, Riolando. **A Sé Primacial de Salvador**. A Igreja Católica na Bahia 1551-2001 - Vol II Período Imperial e Republicano. Petrópolis, Vozes, 2001

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **O Mecenato dos leigos: Cultura artística e religiosa** In: Arte Sacra no Brasil Colonial. Belo Horizonte: Edita C/Arte, 2011. p.95-111. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Confrarias%20e%20Ordens%20Terceiras-texto%20Adalgisa.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução da Conferência Episcopal Portuguesa. Lisboa, Editorial Apostolado da Oração, 1983. Disponível em https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.

JÚNIOR, Péricles Moraes de Andrade. **Espaço e distinção social: o catolicismo na Província de Sergipe**. História (São Paulo) vol 29, núm 1, 2010, pp. 91-107. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221018489007>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 747 p., 1992.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe: a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Catédra; Brasília: INL, 1978.

NUNES, Verônica Maria Meneses. **Cultura material e território eclesiástico: uma leitura zooiconográfica em igrejas coloniais em Sergipe Del Rey entre século XVII - XVIII**. Laranjeiras, 172 f, 2018. (Tese de Doutorado em Arqueologia)

OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. **História de Laranjeiras Católica**. Aracaju: Governo de Sergipe, 2005 [1935]

OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. **Registros de Fatos históricos de Laranjeiras**. Aracaju: Governo de Sergipe, 2005 [1942]

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. **A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade e caridade em São Cristóvão-SE(Século XIX)**. São Cristóvão, UFS, 2008 (Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia)

ROGIER, L. J. et alii, dir. **Nova História da Igreja**. Petrópolis, Vozes, 1966-1976. v. 4

SAMARONE, Antônio. **Hospital Senhor do Bonfim (Laranjeiras)**. Disponível em: <https://blogdesamarone.blogspot.com/2013/10/hospital-senhor-do-bonfim-laranjeiras.html?m=>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização**. Recife, UFPE, 2013. (Tese de Doutorado em História)

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Um Romanizador do Catolicismo Brasileiro: Silêncios e Conflitos na administração de D. José Thomaz na Diocese de Aracaju (SE) - 1911-1917**. In: Simpósio da ABRH: Religião Raça e Sociedade, 8., São Luís. Anais, 2006.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vida**. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FONTES MANUSCRITAS

Ofício de Domingos José Jequitibá enviado aos senhores da Assembleia Provincial de Sergipe pelos irmãos da Confraria do Senhor Bom Jesus do Bonfim da cidade de Laranjeiras no qual pedem a criação de uma nova freguesia em que a capela do Bonfim sirva de matriz, desejam também a quantia de 600\$00 para conserto da torre de sua capela. Laranjeiras, 16 de fevereiro de 1856. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), BR SEAPES SS V30 982. Aracaju.

Ofício da Comissão de Justiça Civil e Eclesiástica informa sobre a representação de vários habitantes da cidade de Laranjeiras e da Irmandade do Senhor do Bonfim onde foi solicitada a divisão de mais outra freguesia da própria cidade. Laranjeiras, 08 de março de 1858. Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), BR SEAPES SS V27 832. Aracaju.

FONTES DIGITAIS

BRASIL, **Lei de 22 de setembro de 1828**. Extingue os Tribunaes [sic] das Mesas do Desembargador do Paço e da Consciência e Ordens e regula a expedição dos negocios [sic] que lhes pertenciam e ficam subsistindo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1828, Página 47 Vol. 1 pt I (Publicação Original) Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html. Acesso em: 02 mar. 2023.

Descrição do Hospital do Senhor do Bonfim de Laranjeiras pelo Presidente da Província de Sergipe Joaquim José Teixeira no relatório de 1848. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=15&s=0&cv=8&r=0&xywh=-1095%2C0%2C3756%2C2649> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Descrição do Hospital Senhor do Bonfim de Laranjeiras e seus ordenamentos financeiros na fala do Presidente da Província de Sergipe Zacarias de Goes e Vasconcelos em 1849. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=17&s=0&cv=26&r=0&xywh=-137%2C1180%2C1925%2C1358> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Descrição do Hospital Senhor do Bonfim de Laranjeiras na Fala do Presidente da Província de Sergipe Dr. Amancio João Pereira de Andrade e 1850. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=19&s=0&cv=23&r=0&xywh=-1140%2C-1%2C3894%2C2747> Acesso em: 12 de abr. de 2023

Fala do Presidente da Província de Sergipe Wenceslau D'Oliveira Bello sobre o Hospital do Senhor do Bonfim de Laranjeiras na Assembleia Legislativa em 1840. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=7&s=0&cv=7&r=0&xwh=-827%2C271%2C3093%2C2182> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Fala do Presidente da Província de Sergipe Anselmo Francisco Peretti sobre o Hospital do Senhor do Bonfim de Laranjeiras na Assembleia Legislativa em 1843. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=10&s=0&cv=24&r=0&xywh=-1479%2C-127%2C4236%2C2988> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Fala do Presidente da Província de Sergipe Anselmo Francisco Peretti sobre o Hospital do Senhor do Bonfim na Assembleia Legislativa em 1844 durante a epidemia de bexiga. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=11&s=0&cv=9&r=0&xywh=72%2C733%2C1882%2C1328> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Fala do Vice-Presidente da Província de Sergipe, Cônego, Vigário Geral, José Francisco de Menezes Sobral em que exorta a criação de cemitérios em virtude da epidemia da bexiga em 1845. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=12&s=0&cv=17&r=0&xywh=-322%2C449%2C1839%2C1298> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Fala do Presidente da Província de Sergipe Antônio Joaquim Alvares do Amaral acerca do Hospital do Senhor do Bonfim de Laranjeiras na Assembleia Legislativa em 1847. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=13&s=0&cv=24&r=0&xywh=-1252%2C0%2C3895%2C2747> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Mapa da movimentação de doentes para o Hospital do Senhor do Bonfim de Laranjeiras em 1846. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=13&s=0&cv=71&r=0&xywh=0%2C-49%2C3471%2C2449> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Ofício do Presidente da Província de Sergipe Manoel Ribeiro da Silva Lisboa ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Vila de Laranjeiras: Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=0&s=0&cv=132&r=0&xywh=-505%2C383%2C2582%2C1821> Acesso em: 12 de abr. de 2023.

Relatório do Presidente da Província de Sergipe José Ferreira Souto no ano de 1847.
Disponível em:

<http://ddsnext.crl.edu/titles/190#?c=0&m=14&s=0&cv=18&r=0&xywh=-49%2C1219%2C1925%2C1358> Acesso em: 12 de abr. de 2023.